POLÍTICO QUE FAZ FAVOR, NEGA DIREITOS

Em defesa do político ético e da sociedade



Apresentação

Vivenciamos tempos em que multidões vão às ruas buscando um novo rumo para o país.

É hora de conjugar os esforços para a transformação da sociedade, estabelecendo-se uma parceria entre cidadãos e políticos, a partir de uma mudança de crenças e valores, da maneira como o político se relaciona com o cidadão e também da maneira como o cidadão se relaciona com o político.

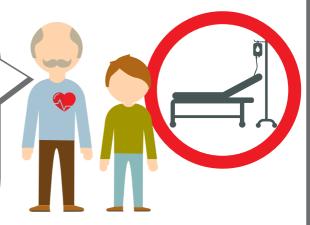
O objetivo do Ministério Público do Estado de São Paulo, ao distribuir essa cartilha, é atuar de forma preventiva, incentivar a alteração de posturas, valorizar a ética na política, o respeito às leis e defender a população, contribuindo com o esclarecimento dos graves problemas que a prática do clientelismo traz para toda a sociedade.

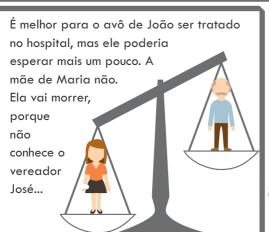


Os direitos de João e Maria:



O avô de João também está doente. Ele é velhinho, e tem um problema no coração. Para ele também disseram que não havia vaga no hospital. Mas o pai do João conhece o vereador José. Ele falou com o vereador, e conseguiu uma vaga no hospital, graças à sua amizade com o político.





Se deixássemos o médico decidir, ele teria internado a mãe de Maria e tratado do avô do João em casa, até que surgisse uma nova vaga. Mas quem decidiu foi o vereador José...



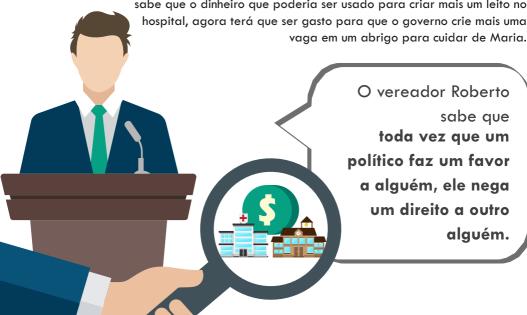
Maria não sabe o que fazer. Sua mãe morreu. Disseram que o governo vai pagar alguém para cuidar dela. Mas ela só queria sua mãe de volta.

O avô do João saiu do hospital e passa bem. Nas próximas eleições, toda a família vai votar no vereador José, que continuará furando a fila, arrumando vagas para seus eleitores, e matando as "mães de Marias", que não conhecem nenhum vereador...



Mas o vereador Roberto é diferente! Quando alguém vai procurá-lo para pedir vaga em hospital, creche, escola, ele vai fiscalizar o prefeito, ele verifica direitinho se o dinheiro da saúde e da educação está sendo gasto corretamente. Se a falta de vagas ocorre devido ao mau uso do dinheiro público, ele toma providências para garantir vagas para todos. Ele fiscaliza tudo, para que, se não houver vagas para todos, sejam atendidos primeiro aqueles que mais precisam.

Roberto não faz favor para ninguém. Ele sabe que saúde, educação e assistência são DIREITOS da população. Ele sabe também que toda vez que alguém 'fura a fila" todos saem perdendo. Ele sabe que o dinheiro que poderia ser usado para criar mais um leito no



sabe que toda vez que um político faz um favor a alguém, ele nega um direito a outro alguém.



Faça valer os seus direitos

Você sabe o que é CLIENTELISMO?

Clientelismo é uma prática ilegal, muito comum na política brasileira, que consiste na troca de favores entre político e eleitor. É o que se dá quando o político faz um "FAVOR" ao eleitor, propiciando a ele o acesso a um serviço público e recebe seu apoio como forma de votos para as próximas eleições.

Tem esse nome — clientelismo — porque o "favor" feito pelo político faz do cidadão um verdadeiro cliente seu, que sempre o procurará quando precisar de algum serviço público e que, em troca, será "fiel" a ele nas eleições.

Por que o clientelismo é ILEGAL?

Porque o acesso aos serviços públicos é um DIREITO do cidadão e deve ser prestado de forma IMPESSOAL, ou seja, as pessoas devem ter acesso aos serviços públicos de acordo com a necessidade de cada um e não porque são amigas, têm alguma proximidade ou porque foram ajudadas por um político.

Mas qual é o problema de um político AJUDAR um cidadão diante de uma necessidade qualquer, como, por exemplo, conseguir uma vaga para internação em um hospital?

O problema é que com essa "ajuda", ou ele está enganando o cidadão ajudado ou está enganando uma terceira pessoa, que certamente precisa mais do serviço do que aquele que foi ajudado.

Se obter a vaga é um direito de todos, ninguém precisa da interferência de um político para ter acesso aos serviços de saúde, educação, etc., e usufruir de seus direitos. Como já foi dito, os serviços públicos devem ser disponibilizados a todos os cidadãos, de forma IGUALITÁRIA.

Quando não se pode atender a todos, há regras objetivas e IMPESSOAIS para se

estabelecer as prioridades e preferências, normalmente considerando os casos mais graves e urgentes.

Ocorre que, quando alguém se vale do "favor" de um político para "furar a fila" e atender seu direito individual, outra pessoa que precisa mais, ou que tem mais direito, poderá ser seriamente prejudicada. E isto é muito grave porque prejudica não só uma pessoa, mas TODO O SISTEMA de funcionamento do serviço público.

Como a prática do clientelismo pode ME PREJUDICAR?

Quando a prática de favores torna-se regra no serviço público, a necessidade, o DIREITO e o merecimento das pessoas ficam em segundo plano. Por isso, quem foi beneficiado hoje, pode ser prejudicado amanhã.

Imagine que o político atendeu ao seu pedido e conseguiu uma vaga para você no hospital. Por conta dessa atitude, uma pessoa que tinha mais urgência dessa vaga foi prejudicada. Acontece que em outra oportunidade, você estudou muito para passar em um concurso público. Você tinha condições de passar e assumir o cargo. Mas, alguém que não estudou, não se preparou, conhecia um político que entregou a ele as respostas da prova do concurso... Entendeu? O clientelismo às vezes ajuda alguns, mas SEMPRE PREJUDICA TODOS, inclusive você!

O clientelismo também ocorre nos CARGOS PÚBLICOS?

Sim, infelizmente, e é muito comum. Alguns políticos têm o péssimo hábito de

prometer empregos aos eleitores durante o período de campanha eleitoral. Eles se aproveitam de momentos de dificuldades pelos quais as pessoas passam, principalmente o desemprego, e prometem cargos públicos em troca de apoio nas eleições. Quando eleitos, nomeiam essas pessoas para cargos em comissão ou fazem concursos públicos com "cartas marcadas", nos quais essas pessoas são aprovadas e nomeadas para cargos diversos.

Quando assim agem, provocam males diversos à sociedade. Prejudicam a administração pública, pois há a possibilidade de preencherem cargos com pessoas despreparadas, sem qualificação ou capacidade alguma para desempenhar funções importantes no serviço público. Prejudicam a população, com serviços públicos mal prestados por essas mesmas pessoas, que ali estão apenas por interesse político. Prejudicam cidadãos que estudam e se preparam para prestar concursos públicos e são deixados de lado em razão do benefício dado diretamente aos apadrinhados políticos.

O que EU GANHO quando o clientelismo é combatido?

Se todos passarem a impedir os políticos de fazer "favores" pessoais, aqueles políticos acostumados a essa prática, para serem eleitos terão que aprender a trabalhar pela população como um todo. Assim, ao invés de conseguir vaga para uma pessoa, será necessário trabalhar para verificar os problemas no sistema de saúde, educação, etc. e encontrar soluções para eles, de forma a atender a todas as pessoas e, consequentemente, melhorar a qualidade desses serviços, beneficiando a todos.

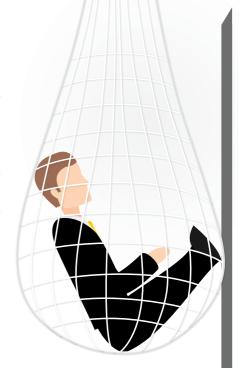
Que TIPO DE FAVOR pode caracterizar o clientelismo?

O clientelismo pode ocorrer em diversas áreas de serviços públicos, mas são muito frequentes na saúde, na educação e no acesso a cargos públicos, conforme explicado acima.

Na saúde, onde esta prática é muito comum, o clientelismo está presente em qualquer favor que signifique "furar a fila" para atender mais rapidamente pessoas que teriam que esperar um pouco mais pelo serviço, ou para atender pessoas que não têm direito àquele serviço. Pode ser arrumar vagas em hospitais, conseguir um determinado procedimento médico, um determinado medicamento, sem que tenha havido uma análise do caso pelos profissionais da área, que são competentes para isso.

Na educação, o clientelismo está presente na prática de "furar a fila" de espera para vagas em escolas ou creches, em total desrespeito às pessoas que estão aguardando há mais tempo. Na assistência social, pelo recebimento de cestas básicas, inclusão em programas sociais, como bolsa família, transporte de pessoas em veículos públicos; ou na obtenção de casas populares, sem respeitar critérios previstos em lei, etc.

Ou seja, qualquer tipo de vantagem que sem o "favor" do político não seria alcançada, seja porque a pessoa não tem aquele direito, seja porque não poderia ser atendida naquele momento.



Como eu posso saber se eu TENHO OU NÃO DIREITO a receber um serviço público?

Todos têm direito a se beneficiar dos serviços públicos. Se não houver possibilidade de atender a todos, os políticos têm que estabelecer algumas regras que façam com que aqueles que precisam mais, sejam atendidos primeiro. E estas regras devem ser respeitadas por todos, inclusive pelos políticos. É direito dos cidadãos saber quais são essas regras para saber se e quando poderá ser atendido e se os que foram atendidos respeitaram as mesmas regras ou não.

O que acontece com o POLÍTICO QUE FAZ FAVORES e pratica o clientelismo?

Ele pratica o que se conhece por ato de IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

Pode ser PROCESSADO pelo Ministério Público e CONDENADO nos termos da Lei nº 8.429/1992.

Suas PENAS podem ser desde o pagamento de uma multa até a perda do cargo e a perda do direito de se candidatar novamente. Para isso, é necessário que o fato chegue ao conhecimento das autoridades, em especial do Ministério Público.

Como eu faço para DENUNCIAR a prática de favores por políticos?

Reúna todas as informações e provas que puder obter a respeito dos fatos e procure o Ministério Público em sua cidade, instituição que tem o dever de defender a sociedade e zelar pela correta prestação dos serviços públicos. Combater o clientelismo, em todas as suas formas, é uma das missões do Ministério Público.

Fale com o Ministério Público de São Paulo

O Ministério Público do Estado de São Paulo está presente em todo o Estado, onde presta atendimento ao público e orientação da população nas Promotorias de Justiça. Recebemos também notícias e denúncias pela internet.

Conte com o MPSP

Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) Rua Riachuelo, 115, Centro, São Paulo/SP Tel (11) 3119-9000

www.mpsp.mp.br

Denúncias: ouvidoria@mpsp.mp.br

Facebook: f/mpsp.oficial
Twitter: @mpsp_oficial



Procurador Geral de Justiça Gianpaolo Poggio Smanio

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social André Vitor de Freitas – Promotor de Justiça Ernani de Menezes Vilhena Junior – Promotor de Justiça José Augusto Mustafá – Promotor de Justiça

